

---

Teresa Joaquim, *Menina e Moça. A construção social da feminilidade. Séculos XVII-XIX, Lisboa, Fim de Século*, 1997, 490 pp.

---

O último livro dado à estampa por Teresa Joaquim — autora de um anterior estudo sobre a maternidade, *Dar à Luz: ensaio sobre as práticas e crenças da gravidez, parto e pós-parto em Portugal*, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1983, e da monografia *Mulheres de uma Aldeia*, Lisboa, Ed. Ulmeiro, 1985 — constitui a versão integral da dissertação de doutoramento em Antropologia Social, defendida no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 1995.

O fio condutor deste estudo, ou *texto*, como a autora o prefere designar, situa-se numa interpelação existencial, nos seus múltiplos desdobramentos, «como se, junto de nós a questão que uma menina coloca ao aperceber-se do segredo e do secreto que é um homem e uma mulher fosse esta: [e citando L. Irigaray] “Quem sou eu? Quem és tu? Em que consiste o inultrapassável da nossa diferença? Quais são as nossas condições de possibilidade de vida, de beleza, de razão comuns?”» (463). Este questionamento centrou-se na necessidade de compreensão e de desconstrução dos mecanismos e percursos subjacentes à edificação sócio-histórica da «natureza feminina» e da transmutação desta em evidência cósmico-simbólica, «evidência que se desfez hoje e para nós» (32).

A origem do *texto* coloca-a a autora nas palavras de Kundera: «são sempre as mesmas questões que passam pela cabeça de Tereza desde a infância. Já que as questões verdadeiramente graves são aquelas — e aquelas somente — que pode formular uma criança. (...) São as interrogações para as quais não há resposta.» (455) «Como conceber uma rapariga?» (35). É na busca de uma resposta que o *texto* se inaugura, se constrói e se desenvolve, num percurso antológico, por discursos masculinos, por vozes de mulheres e, incessantemente, por corpos femininos: «o corpo é também ele um texto histórico» (28). A temática do corpo, transversal a todo o *texto*, assume-se tão central quanto a da razão, pois as mulheres foram pensadas a partir do seu corpo e nele foram enclausuradas, numa «definição normativa» que as circunscreveu, existencialmente, à reprodução. E a questão, sempre presente e insistente, atravessa o *texto* — «qual a educação necessária para que a rapariga, a mulher fosse capaz de produzir outro ser humano» (17) —, definindo-se como objeto de estudo a construção social de feminilidade na sociedade portuguesa clássica (19) em articulação com a educação dada, e suas condições existenciais (48), às meninas, em Portugal, dos séculos XVII a XIX, «para serem capazes mais tarde de assegurarem um determinado número de tarefas que, em sentido geral, têm a ver com a reprodução da “casa” no que esta engloba: a casa, os filhos, os animais; quer dizer, toda uma estrutura familiar, económica, cultural» (51).

A obra estrutura-se em duas grandes partes, a saber, «Uma História da Natureza Feminina» e «A Educação de uma Menina e Moça», em que sincronia temática, na sua diversidade, e evolução diacrónica, na multiplicidade dos seus ritmos, se conciliam. Numa abordagem multidisciplinar e comparativa, no sentido de tentar captar marcas e inscrições de memórias não escritas, integradas e apagadas nos quotidianos, proceder ao seu registo, à sua nomeação, como acto de conhecimento, e à sua reorganização metodológica, sob os auspícios de teias de compreensão resultantes de uma racionalidade, que é, afinal, a racionalidade possível. Donde a iminência de uma dúvida «a de estar na orla de algo, no quase que se tenta dizer e que, tantas vezes, emudece» (459).

A autora faz convergir as duas partes do trabalho ao problematizar e enunciar a conceptualização de uma cultura ocidental dualista, na qual a racionalidade constituída inscreveu a «natureza feminina» como a sua negação, a sua ausência. A primeira parte, «Uma História da Natureza Feminina», denotando a marca da História da Filosofia, ancora-se na sistematização teórica das relações homem/mulher nos discursos de Platão e de Aristóteles, assumindo que «foi o discurso filosófico que (...) influenciou a nossa maneira de pensar» (72). Traça-se, assim, um percurso em que «O Olhar que os Gregos nos deram», de valorização do pensamento em detrimento do corpo e da clausura das mulheres na sua existência corporal, é reforçado pelo cristianismo medieval, atravessado por vozes de mulheres, incursoras marginais num saber que não lhes era franqueado, e reelaborado pelo pensamento iluminista.

A segunda parte debruça-se sobre a educação das raparigas entre os séculos XVII e XIX, focalizando os ditames e práticas da educação do corpo — desde os Tratados de Educação Física aos Manuais de

Civilidade — como estratégia fundamental de inscrição da feminilidade, ou seja, da interiorização, por cada «Menina e Moça», das regras do grupo a que pertence, de gestos, posturas, hábitos, falas, gostos, interditos, que estruturam aquilo que, em cada momento, a sociedade foi determinando como «feminino». No desenvolvimento desta «Educação de uma Menina e Moça», a perspectiva filosófica dilui-se para dar lugar a uma abordagem sócio-histórica da educação das raparigas a qual, todavia, se submete, permanentemente, a uma preocupação de ordem antropológica de compreensão do discurso pedagógico e da sua acção modeladora de uma «natureza feminina», em que fios de permanência e de evolução se cruzam do século XVIII ao século XX.

Contributo inegável para as áreas de investigação em «Estudos sobre as Mulheres» e em «Estudos sobre o Género», que em Portugal acusam, ainda, um défice acentuado de trabalhos de âmbito académico, esta obra constitui, igualmente, uma referência no quadro da História da Educação.

Teresa Pinto

---

Sílvia Tubert, *Mulheres sem sombra — Maternidade e novas tecnologias de reprodução*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1996, 325 pp.

---

Nestes tempos em que vivemos, em que se discute a despenalização da IVG, em que a maternidade é esquecida, recalcada, *pensar* sobre as novas tecnologias de reprodução (NTR), reflectir sobre elas, deve ser enquadrá-las no contexto mais lato do que significa hoje dar à luz uma criança. Se bem que o termo tradicional seja 'parir', continuo a pensar que 'dar à luz' significa,

além do nascimento, o trabalho social que aí se faz e depois se continua, nos gestos próximos e distantes de um grupo, de uma comunidade. Um encontro. Uma marca de pertença. Um lugar que o/a vai fazer gente, singular.

Num contexto social e tecnológico diferente, em que ser mãe é poder fragmentar o corpo quase peça a peça, reflectir sobre as NTR é pensar o que significa ser humano hoje, pensar essa fragmentação técnica do corpo, e também esse desejo de sempre: o de se assemelhar ao Criador, ausentando-se a criação, se possível, do corpo de uma mulher, não necessitando já dele. É um desejo de sempre — desde a matéria prima de Ésquilo até hoje. Um corpo lugar de experiência, ausente de si próprio, esquecendo o seu desejo. Um corpo/máquina, incubadora, produzindo outras peças-máquinas. Só que a incerteza, o balbuciar do que ainda se diz humano, recusa isto. É este percurso de um contexto cultural e dos significados da maternidade que Sílvia Tubert vai percorrer, não esquecendo nunca o horizonte de incerteza, de diferença, de alteridade, que faz um ser humano. O seu livro não pode deixar de concluir sobre esta incerteza que nos torna humanos. Mas reforçando um contexto de pensamento em que a incerteza é constitutiva da modernidade, a qual simultaneamente tenta apagar também as margens de incerteza do nascimento.

Mas para perceber a posição da psicanalista Sílvia Tubert — uma das fundadoras e directoras do Centro de Estudos Psicanalíticos da Mulher (1980, Madrid) —, no livro *Mulheres sem sombra*, penso que é interessante recorrer ao seu prefácio à versão espanhola da obra de Jane Flax, *Psicoanálisis y Feminismo. Pensamientos fragmentarios* (Cátedra, 1995, 7-41), porque nessa introdução Sílvia Tubert, ao fazer o percurso teórico que permite situar a obra de Jane Flax (psicanalista e filósofa), dá a ver

a sua posição enquanto psicanalista face às diversas correntes teóricas feministas, ou antes, ela tenta situar as relações (controvertidas) entre a psicanálise e o feminismo. Para ela, são ambos pensamentos críticos: «tanto a psicanálise como o feminismo, para além dos seus contributos para o saber acerca do ser humano, constituíram-se como modos de questionamento dos conhecimentos estabelecidos, pelo que se situam na dimensão do pensamento crítico» (*idem*, 7).

E ainda, nomeadamente a propósito das obras de Chodorow (1978) e de Gilligan (1982)<sup>1</sup>, a autora critica o restabelecimento da «divisão entre os sexos, quer na anatomia quer na realidade social, como divisão em duas classes e não como articulação de uma diferença *entre* elas. (...) Se é certo que na explicação psicanalítica encontramos tanto uma referência à anatomia como à cultura, o sujeito sexuado constituiu-se numa *cena* diferente do biológico, por um lado, e do social, por outro. O ângulo a partir do qual a psicanálise enfoca a questão não é nem o dimorfismo sexual anatómico nem a atribuição sociologicamente objectivada de um género, trata-se de um ângulo estritamente subjectivo» (*idem*, 31-32).

Em *Mulheres sem sombra*, Sílvia Tubert, ao colocar-se do ponto de vista psicanalítico, vai justamente questionar tanto a abordagem cultural e histórica da maternidade (cap. 2, sobre o discurso social da maternidade) como o discurso médico (cap. 1) e o poder que ele exerce nessa definição cultural do corpo, a partir, quer da obra de Ivan Illich sobre os aspectos sociais e políticos da medicalização e os

<sup>1</sup> Saudando a edição recente entre nós desta obra fundamental, *Teoria Psicológica e Desenvolvimento da Mulher*, pela Fundação Gulbenkian (1997), lamentamos no entanto que se tenha omitido o título original, «numa voz diferente», bem indicativo do trabalho que nela se realiza.

seus efeitos indesejados sobre a saúde produzidos pela empresa médica, quer da análise estrutural da clínica de Michel Foucault.

Quando aborda o discurso social da maternidade, a autora esboça o tracejado histórico dos rostos da maternidade na cultura ocidental, numa definição cultural em que ser mãe e ser mulher coincidem, a esterilidade perturbando essa coincidência, esse rosto fixo. Nesse sentido, a infertilidade introduz uma ruptura nesta coincidência: ser mulher e ser mãe podem dissociar-se. No entanto, a infertilidade é vista como uma maldição sobre alguém que não consegue transmitir o que recebeu dos seus antepassados, atingindo a mulher no cerne daquilo que a define como ser no mundo.

Questão que não é irrelevante porque a geração, a reprodução, é encarar a nossa morte — dar a cara à nossa morte — saber como permaneceremos depois da morte através das obras, através de corpos, de memória, no silêncio de um gesto ou no monumento no centro da aldeia. A incerteza do humano. A forma de transmissão do que recebi, do que sou.

Todas as sociedades realizaram práticas para evitar que a infertilidade acontecesse, nomeadamente por causa dessa ligação entre o ser mulher e o ser mãe. No entanto, hoje, o que Sílvia Tubert questiona é esta obrigatoriedade, este fazer coincidir — como ela lhe chama — o desejo e a demanda (cap. 4) e o modo como o discurso médico não tem em conta, ou antes bloqueia esse desejo (cap. 6, o médico tauturgo), recusando o que é próprio do humano, a sua incerteza.

Para a sua análise das NTR, Sílvia Tubert partiu também da transcrição de algumas entrevistas individuais e dum grupo de mulheres que se submeteram (ou estavam a submeter-se) a essas técnicas.

Parte da *falta*, da ausência que existe nessas mulheres por não terem filhos como socialmente lhes é pedido, «do corpo que aparece para o sujeito como obstáculo» (Tubert, 25).

Mulheres que não conseguem ter filhos, engravidar, e que falam, falam, como diz Tubert, sobre esse desejo de um corpo pleno. Diz ela que, apesar de outras imagens de identificação para as mulheres, o ideal cultural da maternidade se mantém, a infertilidade representando um cenário vazio oposto ao ideal de plenitude da gravidez, de um corpo pleno nos seus desejos, sem falta.

Deste modo, e mantendo (penso eu) a mesma posição crítica, enquanto psicanalista, das posições de algumas correntes feministas que tentam voltar às identidades estáveis do género e com elas a modelos pré-edipianos do pensamento (Flax, 32), ela critica um ideal de maternidade, que as NTR continuam a petrificar. «A petrificação do desejo de ser mãe fecha o questionamento sobre o desejo das mulheres» (Tubert, 263), ou ainda: «as mulheres (...) não podem pôr o corpo de sujeitos na vida social, no âmbito público. As NTR oferecem, neste contexto, a possibilidade de pôr o corpo da mulher, de o inscrever no social e no discurso da ciência moderna. Porém, o real do corpo feminino entra no jogo como objecto de manipulação, sob uma forma cada vez mais medicalizada» (*idem*, 264). Tubert critica essa resposta que as NTR oferecem a esse corpo que aparece como obstáculo para essas mulheres, sem terem em conta que ter um filho tem a ver com o desejo e que esse desejo das mulheres é rebatido sobre um desejo social, um ideal social das mulheres que as fixa na maternidade biológica, não percebendo que «as crianças não são só feitas de carne como em certa medida de desejos, palavras, sonhos, mitos e lendas».

Diz ela na conclusão: «o alcance de um controle tecnológico cada vez maior e mais sofisticado encobre a nossa impossibilidade de dominar questões como a diferença dos sexos, a mortalidade, a impossibilidade de plenitude. Mas a diferença dos sexos é o modelo da alteridade; negá-la equivale a abolir todas as diferenças. Se o lugar da

nossa origem é a diferença, a alteridade, a falta de domínio, a gestão tecnológica da reprodução e da vida afectaria a nossa capacidade de conceber, nos dois sentidos do termo: reproduzirmo-nos, mas também pensar» (*idem*, 324-5).

Teresa Joaquim